

INDÚSTRIA

Recuperação e incertezas face ao Programa de Estabilização Econômica*

*Rubens Soares de Lima**
Sílvia Horst Campos****

1 - Reavaliando o desempenho industrial de 1993

Ainda que saudando o retorno da indústria brasileira à sua vocação de crescimento, as análises realizadas ao final de 1993 apresentaram um indisfarçável tom de cautela. Com efeito, os dados do mês de setembro, os últimos disponíveis até aquele momento, deixaram transparecer ao analista uma constatação e uma nítida preocupação.

A constatação

As taxas positivas de crescimento verificadas entre outubro de 1992 e maio de 1993 constituíram o mais longo período de crescimento apresentado pelo setor industrial nos últimos anos. Dentre outras, as razões desse desempenho foram: o aumento da massa salarial; o desempenho do setor externo; o sucesso de duas safras agrícolas consecutivas; a estabilidade da taxa de juros em patamares mais compatíveis com a atividade produtiva do que as praticadas na Gestão Marcílio; e a recomposição dos estoques após um período fortemente recessivo.

A preocupação

No mês de junho, surgiram os primeiros sinais de reversão do movimento ascendente que se verificara na indústria brasileira. Os dois meses subseqüentes

* Este texto contou com a colaboração do estagiário André Passos Cordeiro, tendo sido elaborado com informações disponíveis até o dia 07.04.94. Os autores agradecem as sugestões dos colegas André Luís F. Scherer, Flávio B. Fligenspan, Clarisse C. Castilhos, Maria Cristina Passos e Ricardo Brinco à versão preliminar do texto.

** Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

*** Economista da FEE e Professora da PUC-RS.

mantiveram a tendência de queda nas taxas de crescimento, e o de setembro parecia confirmar as previsões pessimistas.

Assim, mesmo que o último trimestre do ano pudesse trazer algum alento em virtude da demanda do comércio, impulsionado pelas vendas de fim de ano, tudo indicava o esgotamento de mais um período de crescimento industrial à moda das "bolhas", dos "surtos" e dos "espasmos", tão característicos da história recente da economia brasileira. Esse aspecto era assinalado no número anterior desta revista nos seguintes termos:

"A marcada interrupção da trajetória de recuperação da indústria verificada até setembro resultou da ação combinada de alguns elementos, podendo ser referidos: o agravamento do quadro inflacionário, com conseqüências negativas para os salários reais; a subida dos juros reais; as perspectivas e incertezas associadas às reformas tributária e fiscal previstas e, de forma mais ampla, as especulações sobre os rumos da política econômica; e *last but not least*, o quadro de indefinições colocado pela revisão constitucional, ela própria postergada pela CPI do orçamento, e o decorrente contexto de instabilidade política instaurado, dentre outros" (BRINCO, 1994, p.77).

Como se percebe, na análise da economia brasileira, o bom senso define a regra básica: *ad cautelam*. Entretanto, parafraseando o célebre astrônomo italiano, ainda assim a indústria nacional voltou a crescer!

Em outubro, os dados de produção física dessazonalizados da indústria de transformação, divulgados pelo IBGE, já registravam uma ligeira recuperação. Novembro confirmava o movimento ascendente, e em dezembro atingia-se o índice de 119, igual ao do mês de março, o qual havia sido o mais alto de todo o período (Gráfico 1). De resto, janeiro deu prosseguimento ao processo de expansão industrial observado no último trimestre de 1993. Segundo ainda o IBGE, a indústria, no seu conjunto, experimentou um crescimento de 9,8% em relação a janeiro do ano anterior e de 4,3% em relação à produção de dezembro de 1993. Na comparação de janeiro com janeiro, o setor de bens de capital cresceu 25,7%; o de bens intermediários, 7,2%; o de bens de consumo duráveis, 47,1%; sendo a exceção o de bens de consumo não duráveis, com uma taxa negativa de 3,7%.

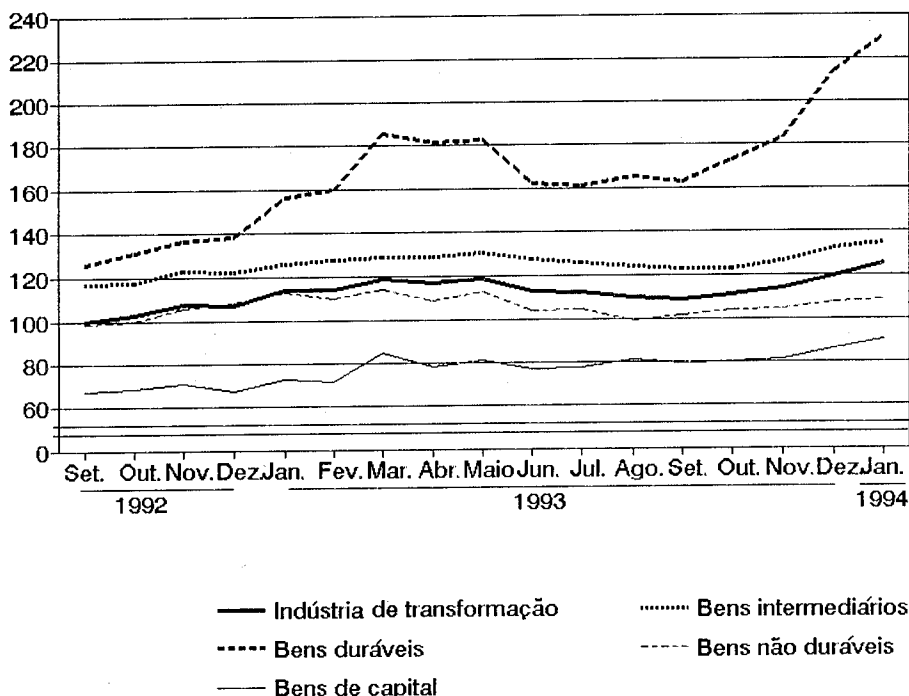
Por outro lado, é importante assinalar que 1993 deu continuidade ao processo de reestruturação do parque industrial brasileiro. Segundo Paulo Gonzaga, técnico do IBGE, no ano passado, o gênero mecânica teve um aumento de produtividade de 33,19%; o de material de transporte, de 38,51%; e o de material elétrico, de 39,10%. Na média, estima a mesma fonte, a indústria brasileira aumentou em 17,81% a sua produtividade (GM, 3.1.94).

A pauta de importações, em certa medida, vai ao encontro desses números. Na comparação com 1992, as compras de maquinaria industrial aumentaram 13,6%, e as de equipamentos fixos diversos, 35,6%. Ao mesmo tempo, percebe-se que os gêneros antes referidos — mecânica, material de transporte e material elétrico — apresentaram, salvo o primeiro, péssimo desempenho no que tange à questão do emprego. Os dois últimos contraíram a utilização de mão-de-obra, em, respectivamente, 5,2% e 3,3%, tendo o primeiro aumentado o nível de emprego em 1,85%. Em contrapartida, os três gêneros apresentaram registro positivo no salário médio pago: 7,78% na mecânica; 13,74% em material elétrico; e 5,32% em material de transporte.

A conjugação desses indicadores parece ser um sinalizador inequívoco de que o ajuste da economia brasileira continua a se processar com efeitos perversos para o emprego. Nesse sentido, não causa surpresa o fato de o segmento produtor de bens de consumo não duráveis não ter acompanhado a expansão dos demais setores. Para uma sociedade na qual 23% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo são consideradas pobres, esse registro, mais do que mera constatação estatística, indica a premência de políticas que visem ampliar o mercado de trabalho.

GRÁFICO 1

ÍNDICE DESSAZONALIZADO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DAS CATEGORIAS DE USO NO BRASIL — SET/92-JAN/94



FONTE: IBGE.

NOTA: O índice tem como base a média de 1981 = 100.

2 - 1994 — algumas afirmações, várias incertezas

A partir de um pequeno declínio no ritmo de crescimento da economia brasileira no primeiro trimestre deste ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) previu, em sua última **Carta de Conjuntura**, que, em março, o PIB fecharia com uma taxa de variação acumulada em 12 meses de 3,9%. Menor, portanto, do que a de 5,0% verificada no final de 1993.

A produção da indústria de transformação, a seu turno, reduziria sua taxa de crescimento, em 12 meses, dos 10,1% registrados em dezembro para 7,7% em março. Do ponto de vista das categorias de uso, o confronto do desempenho industrial projetado para março em relação ao de 1993 seria o apresentado na Tabela 1.

Como pode-se observar, segundo essas projeções, o setor de bens de capital e o de intermediários manteriam o ritmo de crescimento, enquanto o de bens de consumo duráveis apresentaria uma queda de, aproximadamente, três pontos percentuais. O segmento de bens não duráveis, que já vinha de uma *performance* bem aquém da dos demais, reduziria em mais da metade o seu crescimento.

O primeiro comentário que pode ser feito sobre essas previsões é o de que não deve causar surpresa o fato de a economia, em geral, e a indústria, em particular, apresentarem, no primeiro trimestre deste ano, um desempenho abaixo do verificado em 1993. Isto porque a comparação dos três primeiros meses do ano anterior foi feita contra uma base estatística bastante deprimida, em função do processo recessivo que caracterizou 1992, agravado pelos reflexos do processo de *impeachment* do então Presidente Collor no final do ano. Desse ponto de vista, os resultados da atividade industrial levantados pelo IBGE em janeiro e as próprias projeções do IPEA são bastante satisfatórios.

Tabela 1

Taxa de variação da produção física na indústria de transformação,
por categorias de uso, acumulada em 12 meses,
no Brasil — dez./93 e mar./94

CATEGORIAS DE USO	EFETIVA DE DEZ/93	PREVISTA EM MAR/94
Bens de capital ...	14,9	14,5
Bens intermediários	6,5	6,1
Bens de consumo ...	11,3	8,5
Duráveis	41,0	38,2
Não duráveis	3,9	1,6

FONTE: IBGE (PIM-PF).
IPEA/DIPES.

NOTA: Dados elaborados pelo IPEA/DIPES.

O setor automobilístico, por exemplo, estima que a adoção da Unidade Real de Valor (URV) possibilitará ao setor um crescimento acima de 10% no ano em curso (GM, 3/3/94). Aliás, em fevereiro, as montadoras lograram a produção de 114.781 veículos e a exportação de 26.860 unidades, o que significou o "melhor fevereiro" de toda a sua história (GM, 8/3/94). Da mesma forma, a demanda de tratores nesse mesmo mês cresceu 44,5% em relação a janeiro. Outro dado significativo é a previsão da ABIMAQ e do SINDIMAQ — associação e sindicato da indústria do setor de bens de capital — segundo a qual as empresas do setor devem registrar um aumento de investimento neste ano 46,8% superior ao verificado em 1993 (FSP, 19/3/94).

Ao mesmo tempo, a previsão de mais uma safra agrícola excepcional é outro fator que deve dinamizar a economia e, por via de conseqüência, as demandas do setor industrial no corrente ano.

O registro negativo fica por conta da persistente contração no mercado de trabalho industrial. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a indústria paulista, seguindo tendência observada desde setembro, iniciou março com uma queda de 0,10% no nível de emprego, o que significou a demissão de 2.344 trabalhadores.

Em síntese, pode-se dizer que o ano de 1994 inicia apresentando uma situação bem mais confortável que o anterior. Essa afirmação não implica, porém, que se descortine um horizonte nítido para a efetiva retomada do processo de industrialização nacional. Tal fato dependerá, em última análise, da solução de várias questões que permanecem indefinidas no cenário brasileiro e que, de uma forma ou de outra, se relacionam com o "nó górdio" da estabilização. Algumas, bastante pontuais, como são a excentricidade de o País ainda não ter aprovado em abril o orçamento do ano em curso, a incerteza que envolve a introdução da nova moeda e suas repercussões nas taxas de câmbio e de juros; outras, bem mais amplas e profundas, como é o caso da revisão constitucional. Afinal, depende do rumo da Constituição a orientação que tomarão o programa de privatizações, a reforma tributária, a abertura na concessão de serviços públicos e o relacionamento com o capital externo, dentre outras medidas.

Juntamente com o desenho de um novo padrão de financiamento de longo prazo, essas são definições essenciais para que a economia brasileira possa elevar sua taxa de investimento dos atuais 14% do PIB para o nível histórico de mais de 20%. Até lá, a atitude do empresariado será muito mais de cautela e de expectativa.

3 - O crescimento da indústria de transformação gaúcha

Os números finais relativos ao comportamento da produção física da indústria gaúcha em 1993 indicam um crescimento regional recorde de 13,7%, 4,1 pontos percentuais acima da média nacional (9,6%), confirmando uma tendência já manifestada ao longo de praticamente todo o ano.¹ Essa boa *performance* do parque industrial

¹ Segundo o IBGE, além da indústria do Rio Grande do Sul, apenas a de São Paulo (12,2%) apresentou crescimento superior ao da média nacional no acumulado do ano, marcando um comportamento regionalmente concentrado. Bem abaixo da média, mas com desempenho positivo, ficaram os Estados de Santa Catarina (7,4%), do Paraná (6,9%), de Minas Gerais (4,8%), de Pernambuco (1%) e do Rio de Janeiro (0,6%). A indústria baiana foi a única que apresentou desempenho negativo (-0,7%).

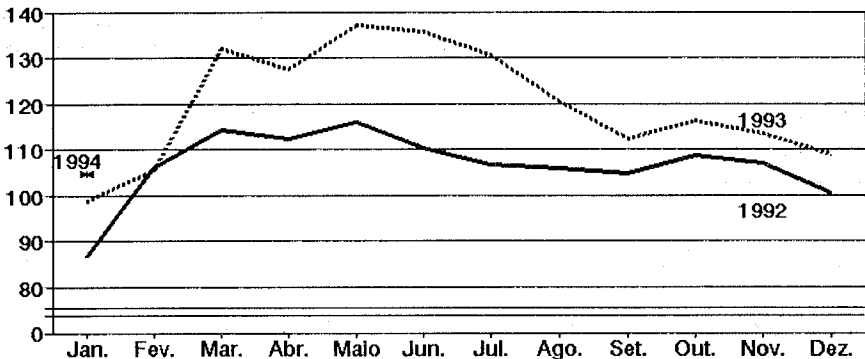
gaúcho representou, também, o nível de produção mais elevado desde 1981, resultado este bastante influenciado pela importância da agroindústria na estrutura fabril local, pelo desempenho da indústria automobilística a nível nacional e pelo incremento na capacidade de exportação do Estado em 1993.

Essa evolução favorável do setor fabril gaúcho é confirmada pelo comportamento do Índice de Desenvolvimento Industrial (IDI) da FIERGS. Resultado da interação de um conjunto de variáveis,² esse índice apresentou um crescimento de 12,80% no acumulado do ano de 1993 em relação a 1992, um desempenho que deve continuar positivo nos primeiros meses de 1994, a julgar pelos resultados do mês de janeiro: 8,54% na comparação com janeiro de 1993.

A trajetória percorrida pela indústria de transformação gaúcha é melhor visualizada no Gráfico 2, onde é possível observar a nítida superioridade da *performance* da produção industrial em 1993, principalmente no período de março a agosto, independentemente da componente sazonal presente na série. Os primeiros números relativos ao ano de 1994 confirmam esse desempenho, ao se situarem em níveis superiores aos de janeiro dos anos anteriores.

GRÁFICO 2

ÍNDICE DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL — JAN/92-JAN/94



FONTE: IBGE/DPE/ Departamento de Indústria.

NOTA: Índice de base fixa, tendo como base a média de 1981 = 100.

² Na composição do IDI entram variáveis tais como: valor das compras, valor das vendas, salários pagos e pessoal ocupado.

A vinculação ao Setor Primário da economia representou um elemento dinamizador fundamental no desempenho da indústria gaúcha em 1993, pela ocorrência de mais uma boa safra e pela recuperação dos preços agrícolas, melhorando a renda do produtor, que voltou a investir na mecanização das lavouras. Adicionalmente, o repasse de recursos do FINAME rural, no valor de US\$ 550 milhões em 1993, propiciou um crescimento real de 37% do setor de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul, em comparação com 1992 (DCI, 7.1.94). A expectativa dos fabricantes é de continuidade no crescimento do setor, uma vez que o FINAME já definiu a verba para financiamento da compra de maquinário agrícola para os próximos dois anos: US\$ 650 milhões em 1994 e US\$ 800 milhões em 1995.

O comportamento das exportações, importante elemento de alavancagem da economia gaúcha, também teve uma contribuição positiva. Já a partir do primeiro trimestre do ano, o Rio Grande do Sul consolidou-se como o segundo maior estado exportador do Brasil, ultrapassando Minas Gerais. As exportações estaduais somaram US\$ 5,212 bilhões (equivalente a 13,4% do total das exportações brasileiras), ou seja, um acréscimo de 20,12% sobre 1992 (ZH, 21.3.94). As indústrias calçadista, fumageira e de óleos vegetais foram as que mais contribuíram para esse desempenho, principalmente a primeira, que colaborou com 37,3% das vendas externas do Estado no ano. As três têm sustentado o nível histórico das exportações do RS, entre 11 e 12% do PIB estadual.

O crescimento da indústria automobilística nacional também deve ser entendido como um fator relevante para o bom desempenho da indústria gaúcha em 1993, tendo em vista os seus efeitos por todo o complexo metal-mecânico, dinamizando suas relações interindustriais. Nesse sentido, a nível dos resultados dos gêneros (Tabela 2), ressalta-se o dinamismo daqueles pertencentes a esse complexo, que, juntos, contribuíram com 9,7 pontos percentuais na formação da taxa global. Com efeito, metalúrgica (17,70%), mecânica (36,68%), material elétrico e de comunicações (37,66%) e material de transporte (35,18%) foram os gêneros que mais cresceram na indústria gaúcha.

Um segundo grupo de indústrias, não tão representativo como o anterior, mas ainda com taxas de crescimento relativamente elevadas, é integrado por perfumaria, sabões e velas (14,21%), bebidas (13,93%), fumo (10,07%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (9,42%) e papel e papelão (8,5%). Preocupante foi o desempenho da indústria química (-1,18%), fornecedora de insumos e transformadora de produtos derivados da produção agrícola, em contraposição aos resultados obtidos em 1992, quando alcançou o segundo melhor resultado (14,3%). Essa evolução desfavorável está, provavelmente, sinalizando a existência de problemas estruturais do setor.

Tabela 2

Taxa de crescimento acumulada da produção industrial, por gêneros de atividade, do Rio Grande do Sul — 1993

DISCRIMINAÇÃO	JAN	JAN-FEV	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAIO	JAN-JUN
Indústria de transformação ...	17,85	8,74	12,23	12,99	13,48	15,35
Minerais não-metálicos	-2,57	-3,08	0,52	5,66	6,59	6,54
Metalúrgica	8,17	5,27	11,91	16,18	18,80	20,39
Mecânica	25,07	13,27	16,64	16,27	21,34	29,45
Material elétrico e de comunicações	53,53	61,40	52,60	54,38	58,07	57,04
Material de transporte	150,43	60,97	83,25	77,89	61,16	59,17
Papel e papelão	37,04	22,03	17,94	15,49	9,91	9,33
Borracha	27,80	6,16	7,21	3,27	-1,18	-3,71
Química	15,10	4,49	-0,81	0,42	4,69	5,44
Perfumaria, sabões e velas	24,75	13,88	17,97	15,44	17,00	13,47
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	17,38	8,72	16,06	14,85	14,80	13,77
Produtos alimentares	8,29	4,85	11,04	12,24	12,53	11,90
Bebidas	5,62	18,76	22,36	20,43	7,92	14,06
Fumo	5,42	-11,72	-13,90	-9,83	-7,02	-2,29

DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUL	JAN-AGO	JAN-SET	JAN-OUT	JAN-NOV	JAN-DEZ
Indústria de transformação ...	16,47	16,34	15,71	15,05	14,45	13,82
Minerais não-metálicos	4,26	3,08	2,32	1,85	-0,60	-1,81
Metalúrgica	20,73	19,84	18,55	17,55	17,34	17,70
Mecânica	32,80	35,97	37,16	37,89	37,36	36,68
Material elétrico e de comunicações	52,26	50,55	46,81	43,33	38,78	37,66
Material de transporte	55,36	48,87	45,12	42,06	37,81	35,18
Papel e papelão	9,38	8,21	7,40	8,51	7,80	8,50
Borracha	-1,29	-1,88	-3,39	-3,15	-2,31	-0,38
Química	2,95	1,70	0,92	0,65	0,33	-1,18
Perfumaria, sabões e velas	9,87	10,27	10,48	12,34	11,75	14,21
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	12,33	12,95	12,07	11,16	10,07	9,42
Produtos alimentares	10,18	9,20	8,53	7,01	6,47	5,67
Bebidas	20,96	17,51	17,65	16,77	17,89	13,93
Fumo	6,97	10,05	9,92	9,74	9,72	10,07

FONTE: IBGE.

NOTA: A taxa reflete a variação do período em relação ao mesmo período do ano anterior.

4 - Efeitos do Programa de Estabilização Econômica sobre o setor industrial

Embora o Programa de Estabilização Econômica não tenha sido acompanhado por medidas direcionadas especificamente ao setor industrial, algumas repercussões já se fizeram sentir ao final da primeira fase do mesmo, representada pelo ajuste fiscal e, mais recentemente, na implantação da fase 2, com a instituição da URV.

A evolução do nível de atividades em fevereiro e março pode ter sido afetada pelas indefinições quanto aos mecanismos e aos prazos para a adoção da URV. Segundo a FIESP (FSP, 31.03.94), o Indicador do Nível de Atividades (INA), dessazonalizado, registrou queda de 1,5% entre janeiro e fevereiro, revertendo uma tendência de crescimento observada nos três meses anteriores.³ Ainda segundo a FIESP, é esperada uma nova queda no mês de março, devido aos efeitos do ajuste fiscal ocorrido na primeira fase do Programa de Estabilização e, também, pelas dificuldades de negociação de preços na implantação da URV. Além disso, há que se considerar a política de juros reais muito elevados, que pode eventualmente provocar desabastecimento, ao desestimular a manutenção de estoques, atualmente já em níveis reduzidos, e a atitude de cautela dos agentes econômicos, consumidores e produtores, postergando suas decisões de consumir e investir.

A principal repercussão do Programa de Estabilização Econômica na indústria, entretanto, deu-se no âmbito dos preços do setor. O clima de incerteza, característico do período que antecede a introdução de um plano econômico, favoreceu uma remarcação de preços em níveis sensivelmente superiores à inflação, na maior parte dos produtos industriais. Com a instituição da URV no início de março, essa situação se intensificou, conforme amplamente veiculado pela imprensa, centrando o debate público na questão da influência dos oligopólios na formação dos preços no Brasil.

A dança dos preços industriais

Embora prevista, a verdadeira "onda" de remarcações que recentemente assolou o País em setores localizados preocupou o Governo por sua intensidade. Note-se que ela se somou a uma situação de desalinhamento dos preços relativos na economia, em grande parte decorrente da aceleração das taxas inflacionárias em 1993, que propiciou aos setores concorrenciais e oligopolistas variações acima da inflação em relação ao dólar médio comercial. Nem mesmo a abertura comercial da economia a partir de 1990 foi suficiente para inibir aumentos reais de preços ao longo das respectivas cadeias produtivas.

³ A tendência de queda em termos dessazonalizados na comparação de fevereiro com janeiro atingiu também as horas trabalhadas na produção (-1,5%), o total das vendas reais (-0,4%) e o salário real médio (-1,7%) (FSP, 31.3.94).

Os aumentos especulativos e de recomposição e/ou elevação das margens de lucro já se faziam sentir em janeiro, tanto no varejo (Tabela 3) como no atacado (Tabela 4). Em fevereiro, os preços industriais no atacado variaram 43,2%, uma elevação de três pontos percentuais em relação a janeiro. O aumento dos preços da indústria foi superior à variação do dólar e à dos custos (por exemplo, os combustíveis aumentaram 37,5%, e o custo do capital de giro ficou em 42,2%). Esse resultado mostra que houve, em fevereiro, uma ampliação das margens de lucro no setor industrial, de caráter preventivo e associada à introdução da URV na economia (Indic. IESP, 1994).

No varejo, constatou-se que, no final de fevereiro e no início de março, as remarcações foram intensificadas, refletindo, além de pressões acumuladas no atacado, um componente especulativo associado ao Programa e, ainda, à elevação da carga de ICMS.

Tabela 3

Evolução dos preços no varejo de produtos industriais selecionados em São Paulo — 1993 e jan./94

DISCRIMINAÇÃO	IPC-FIPE/US\$ EM 1993 (1)	JAN/94/MÉDIA DE SET-DEZ/93 (2)
Alimentos industrializados	-2,32	2,42
Derivados do leite	6,92	...
Óleos	15,95	...
Alimentos semi-elaborados	10,61	4,74
Higiene e beleza	-1,12	2,12
Higiene	-1,83	...
Beleza	1,71	...
Material escolar e livros didáticos	5,31	10,14
Remédios e produtos farmacêuticos	44,10	5,06
Fumo e bebida	7,26	2,92
Vestuário	-0,14	-1,31
Habitação	-8,83	-4,86
Artigos de limpeza	-4,78	2,14
Cama, mesa e banho	-5,23	...

FONTE: GAZETA MERCANTIL (9.3.94). Inflação, a nova moeda do Brasil. São Paulo, p.6.

FOLHA DE SÃO PAULO (9.3.94). Maioria dos preços supera média. São Paulo, cad.2, p.1.

(1) Refere-se à inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela FIPE em relação à evolução do dólar comercial, em 1993. (2) Cálculo efetuado adaptando-se o critério definido pela medida provisória que criou a URV, utilizando o IPC da FIPE.

Tabela 4

Evolução dos preços por atacado dos produtos industriais
no Brasil — 1990 - jan./94

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA DE 1993/ /MÉDIA DE 1990 (1)	1993 (anual) (2)	JAN/94/MÉDIA SET-DEZ/93 (preços reais) (3)
Indústria	118 724,53	2 603,43	-1,10
Indústria de transformação ...	115 091,04	2 555,03	-0,17
Gêneros industriais			
Minerais não-metálicos	127 093,87	2 498,57	-2,24
Metalúrgica	121 610,90	2 526,65	0,14
Mecânica	100 502,96	2 437,71	-1,33
Material elétrico	72 872,46	2 125,48	-3,32
Material de transporte	117 743,55	2 727,44	2,69
Madeira	119 987,38	2 841,76	-2,33
Mobiliário	100 120,93	2 610,21	1,40
Papel e papelão	115 212,09	2 403,64	0,15
Borracha	171 948,51	2 634,45	-8,39
Couros e peles	121 817,64	2 654,37	1,34
Química	133 696,58	2 700,04	0,19
Tecidos, vestuário e calçados.	85 640,51	2 448,18	-3,91
Bebidas	162 643,77	2 682,34	3,65
Fumo	114 500,45	2 724,82	10,68
Produtos alimentares	123 413,48	2 621,30	3,07
Produtos farmacêuticos	187 876,45	3 122,50	8,36
Perfumaria, sabões e velas ...	134 419,14	2 697,38	8,28
Produtos de matérias plásticas	111 002,33	2 723,24	-2,21
Insumos, matérias-primas e prin- cipais produtos			
Ferro, aço e derivados	134 181,01	2 633,65	0,90
Metais não ferrosos	89 181,55	2 271,46	-2,69
Máquinas agrícolas	120 418,12	2 639,34	0,48
Eletrodomésticos	58 797,61	2 153,69	-3,67
Veículos a motor	112 383,48	2 443,19	0,05
Combustíveis e lubrificantes ..	146 974,71	2 959,38	-0,73
Tintas e vernizes	145 417,09	2 474,37	4,57
Fertilizantes	92 902,45	2 061,94	-0,59
Outros produtos químicos	117 963,75	2 528,86	1,80
Tecidos e fios naturais	97 473,70	2 426,25	-2,46
Malharia	71 203,79	2 974,33	3,64
Calçados	96 670,37	2 681,10	-5,64
Bebidas não alcoólicas	174 944,23	3 104,75	2,29
Óleos vegetais	147 533,32	2 700,45	10,49
Cafés e estimulantes	128 935,08	2 981,61	-4,00
Carnes e pescado	116 313,98	2 879,43	-2,04
Leite e derivados	145 672,29	3 224,83	-0,51

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CONJUNTURA ECONÔMICA (1994). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v.48, n.3, mar.

NOTA: Cálculos efetuados com base nos Índices de Preços por Atacado de produtos industriais mensais.

(1) Média aritmética simples dos índices mensais. (2) Variação percentual entre dezembro de 1992 e dezembro de 1993. (3) Cálculo, em preços reais, efetuado adaptando-se o critério definido pela medida provisória que criou a URV.

As imprensas nacional e regional veicularam inúmeros levantamentos de preços, denunciando remarcações abusivas de até 100% em alguns casos, atingindo todo tipo de produtos, porém com ênfase maior nos preços dos setores oligopolizados, como artigos de higiene e limpeza, remédios e produtos farmacêuticos, produtos químicos e alguns setores de alimentação, como leite em pó, carne e derivados e óleos vegetais, dentre outros.

A ação do Governo tem sido pautada pelo artigo 34 da medida provisória que instituiu a URV, o qual permite a exigência de justificativa das distorções apuradas "quanto a aumentos abusivos de preços em setores de alta concentração econômica, de preços públicos e de tarifas de serviços públicos", num prazo de cinco dias úteis, a ser apresentada na Câmara Setorial respectiva, se existir. Entretanto a aceleração inflacionária decorrente de aumentos abusivos de preços sentida ao longo da fase 1 do Programa de Estabilização Econômica e, mais precisamente, por ocasião da implantação da URV — fase 2 do Programa —, foi tão intensa que o Governo chegou a considerar a hipótese de abdicar da intenção de não interferir nos preços praticados pelos diversos agentes e setores econômicos (especialmente quando não ocorreu o retorno aos níveis históricos). Entretanto, com exceção de alguns casos, em que interviu mais duramente, abrindo as importações mediante a redução para 2% das alíquotas do Imposto de Importação desses produtos, a atitude tem sido a de não-intervenção.⁴

A identificação de reajustes superiores à inflação em alguns grupos de produtos trouxe novamente para o centro da discussão política o papel das grandes empresas na economia e, com ele, o dos oligopólios frente aos setores competitivos. A questão reveste-se de importância, pois, na economia brasileira, são vários os setores caracterizados por mercados concentrados, não sendo, portanto, difícil perceber a significância desse fato para a formação de preços no País: por deterem o controle dos mercados de seus produtos, os oligopólios são, acima de tudo, formadores de preços, podendo fixá-los independentemente das condições de demanda.

Porém a discussão do papel dos oligopólios nessa "onda" de remarcações abusivas necessita ser melhor qualificada. O seu poder de influir na formação dos preços é diferenciado, sendo afetado, entre outros fatores, pelas possibilidades de comercialização de seus produtos a nível internacional. Batista e Moreira (1994) argumentam que, para os oligopólios produtores de bens amplamente comercializados no Exterior, a concorrência efetiva ou potencial das importações funciona como uma salvaguarda contra preços abusivos. Já no caso dos oligopólios produtores de bens de comercialização externa difícil, em função seja de proteção natural elevada (por exemplo, o cimento), seja de barreiras artificiais impostas pelo setor privado ou público (por exemplo, os medicamentos), o mercado não oferece garantias de que a maior eficiência produtiva se traduza em preços mais baixos, justificando-se, nesses casos, uma eventual intervenção estatal. Com efeito, ao aplicarem esses conceitos à evolução dos índices de preços reais da indústria no atacado entre janeiro de 1990 e dezembro de 1993, os autores constataram a existência de um diferencial significativo em favor da evolução dos preços do grupo dos oligopólios produtores de bens "de difícil comercialização externa".

⁴ Em portaria assinada no dia 11 de março de 1994, o Governo reduziu para 2% a alíquota de importação de 41 grupos de produtos (cerca de 132 produtos), sendo 103 deles remédios e itens de limpeza e higiene.

A importância da presença de mercados concentrados para o processo de formação de preços no País pode ser melhor percebida através de sua participação na ponderação do Índice de Preços por Atacado da Fundação Getúlio Vargas (IPA-FGV). Estima-se, por exemplo, que cerca de 39% desse índice sejam representados por segmentos oligopolistas (cerca de 27% corresponderiam ao grupo dos oligopólios produtores de bens "facilmente comerciáveis internacionalmente"). Essa participação, somada à dos monopólios sob controle do Estado, 18%, permite concluir que mais da metade daquele índice (57%) depende de mercados não concorrenciais (OLIVEIRA, 1994).

As Tabelas 3 e 4 apresentam a evolução dos preços no varejo e no atacado dos produtos industriais, com a finalidade de quantificar o seu comportamento, principalmente na comparação com a média dos últimos quatro meses de 1993, conforme critério definido pela medida provisória que criou a URV.

A maior parte dos preços no atacado e no varejo estava, no mês de janeiro, acima da média dos meses de setembro a dezembro de 1993 (sinal positivo). No varejo, apenas os produtos do vestuário e o total do grupo habitação se situaram abaixo da média calculada (sinal negativo). O maior aumento observado foi relativo a material escolar e livros didáticos, seguido de remédios e produtos farmacêuticos. Note-se que esses dois itens, mais o de alimentos semi-elaborados e fumo e bebida, já vinham acumulando ganhos reais em relação ao dólar comercial ao longo do ano de 1993.

No atacado, por sua vez, os resultados da comparação dos preços praticados em janeiro em comparação à média dos últimos quatro meses de 1993, em termos reais, para os gêneros industriais situaram-se, predominantemente, acima da média (sinal positivo), mas os preços dos insumos, das matérias-primas e dos principais produtos posicionaram-se abaixo dela (sinal negativo), em sua maior parte. De acordo com um estudo efetuado pela Macrométrica, esses setores poderiam tentar recuperar a diferença na passagem para a URV, acarretando pressões de aumento em toda a cadeia produtiva (FSP, 9.3.94). Com efeito, os desdobramentos nos meses de fevereiro e março têm apontado alguns desses setores como exemplos de remarcações abusivas.

A Tabela 4 também apresenta a taxa de crescimento dos preços médios entre 1990 e 1993, bem como a taxa anual deste último ano. Objetivou-se com esses cálculos identificar os setores que, além de virem acumulando remarcações de preços superiores às do Índice Global de Preços por Atacado dos produtos industriais desde 1990, ainda realizaram remarcações elevadas no começo de 1994.⁵ Destacam-se, com base nesse critério, as indústrias de produtos farmacêuticos, de perfumaria, sabões e velas, de bebidas, de fumo e de produtos alimentares. A nível dos principais insumos, salientam-se tintas e vernizes, bebidas não alcoólicas e óleos vegetais. De um modo geral, todos são pertencentes a segmentos produtivos oligopolizados.

Por último, resta especular sobre o futuro comportamento dos preços industriais.

Na fase atual do Programa, uma vez definida a conversão dos salários pela média, a tendência seria a de os reajustes de preços promoverem uma acomodação dos preços

⁵ A não-disponibilidade de informações sobre a evolução dos custos de cada setor considerado não permite verificar se essas remarcações de preços foram acompanhadas de aumentos nas respectivas margens de lucro, ou se apenas visavam compensar aumentos reais nos custos.

relativos, para, então, haver ampla adesão à nova unidade de conta, a URV, preparando-se para passar para a nova moeda. Um dos pressupostos para tal ajuste seria uma convergência nos reajustes de preços, entretanto, dadas a reduzida abertura externa da economia brasileira e a presença de oligopólios poderosos, é possível que o comportamento predominante das indústrias seja o de elevação das margens de lucro.

O processo de conversão dos preços em URV, por sua vez, tem sido turbulento. As negociações entre as empresas ao longo da cadeia produtiva é, especificamente, entre o comércio e a indústria têm, não raras vezes, chegado a um impasse, por não se conseguirem consenso no referente aos níveis de deflação a serem aplicados nas tabelas de preços que traziam embutida uma expectativa inflacionária de até 48%. A solução tem sido, inclusive, de adiamento da conversão para o mês de abril.

Uma última questão a ser considerada refere-se à expectativa de manutenção dos preços convertidos em URV, principalmente pelos segmentos oligopolistas. Fatores como o aumento da carga tributária, decorrente da redução do prazo de recolhimento dos tributos, do aumento de alíquotas e da volta do IPMF, a manutenção e a provável elevação da taxa de juros, o reajuste salarial diário pela inflação integral e, por fim, a diminuição dos ganhos não operacionais, muitas vezes os mais importantes, poderão pressionar a estrutura de custos das empresas e, em não sendo absorvidos, deverão refletir-se nos preços finais.

Bibliografia

- BATISTA, Jorge Chami, MOREIRA, Maurício Mesquita (1994). Oligopólios: em defesa da razão. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 31 mar., p.2, cad.2.
- BRINCO, Ricardo (1994). A dinâmica da indústria de transformação em 1993: alguns avanços, muitas incertezas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.21, n.4, p.73-83.
- CARTA DE CONJUNTURA IPEA (1993). Rio de Janeiro: IPEA, n.46, fev.
- DIÁRIO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (7.1.94). Máquinas e implementos obtêm alta de 37% no RS. São Paulo, p.9.
- FOLHA DE SÃO PAULO (19.3.94). Bens de capital. Setor deve ter investimento 46,8% maior que em 1993. p.5, cad.2.
- FOLHA DE SÃO PAULO (31.3.94). Desempenho da indústria cai com plano e eleições. São Paulo, p.3, cad.2.
- FOLHA DE SÃO PAULO (9.3.94). Maioria dos preços supera média. São Paulo, p.1, cad.2.
- GAZETA MERCANTIL (3.1.94). Crescimento "excepcional" da indústria deve chegar à taxa de 9% em 1993. São Paulo, p.3.
- GAZETA MERCANTIL (3.3.94). Indústria Automobilística; setor deve ter crescimento de mais de 10% neste ano com adoção da URV. São Paulo, p.14.
- GAZETA MERCANTIL (31.12.93). Rio Grande do Sul deve crescer 7,3% em 1993. São Paulo, p.3.

- GAZETA MERCANTIL (8.3.94). Montadoras registram o melhor fevereiro em produção e exportação de sua história. São Paulo, p.16.
- GAZETA MERCANTIL (9.3.94). Inflação, a nova moeda do Brasil. São Paulo, p.6.
- INDICADORES IESP (1994). São Paulo, FUNDAP/IESP, v.3, n.26, mar.
- OLIVEIRA, Gesner (1994). Em defesa da concorrência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 mar., p.3, cad.1.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL; Brasil: produção física (1993/94). Rio de Janeiro: IBGE, jan.-dez.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL; Regional: produção física (1993). Rio de Janeiro: IBGE, jan.-dez.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL; Regional: produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, jan.
- ZERO HORA (21.3.94). Exportações gaúchas mantêm desempenho. Porto Alegre, p.25.